



**DESP**  
**DEPARTAMENTO DE CONSERVAÇÃO E MANEJO DE ESPÉCIES**  
**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

## **SEMINÁRIO**

**“SUBSÍDIOS À PROPOSIÇÃO DE ÁREAS DE CONSERVAÇÃO E REPRODUÇÃO DE ESPÉCIES:  
LACUNAS, OPORTUNIDADES E PRÓXIMOS PASSOS”**

---

## **RELATÓRIO**

O presente relatório traz os resultados do Seminário "Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies Marinhas - ACRES: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos", realizado em novembro de 2019 sob a coordenação do Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do MMA, com o objetivo divulgar e debater os resultados do Projeto GEF Mar sobre o mapeamento de pesca Artesanal e industrial e sua interação com a biodiversidade marinha.



# Relatório do Seminário sobre ACRES

## “Subsídios à proposição de áreas de conservação e reprodução de espécies”

### 1. Contextualização

#### 1.1. O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar)

O Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas (GEF-Mar) é um projeto do Governo Federal, criado e implementado em parceria com instituições privadas e a sociedade civil para promover a conservação da biodiversidade marinha e costeira e buscar o atingimento da Meta 11 de Aichi.

Um dos componentes do GEF-Mar corresponde à criação e consolidação de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas, tendo como subprojeto a definição de áreas de exclusão ou restrição de pesca, também designadas Áreas Conservação e Reprodução de Espécies - ACRES.

O Código de Conduta da FAO para a Pesca Responsável (1995) enfatiza que a gestão da pesca deve abarcar objetivos de conservação mais amplos, apontando que as pescarias devem promover a proteção dos recursos aquáticos vivos, seus ambientes e áreas costeiras. Na Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (2002) foi acordado que os países devem estabelecer uma rede representativa de Áreas Protegidas Marinhas (APMs), sendo que muitos países têm respondido a essa determinação através da implementação de áreas fechadas à pesca, como parte dos instrumentos de gestão ecossistêmica (FAO, 2009).

Neste contexto, é estratégico para a execução do subcomponente 1.1 do projeto GEF Mar, a identificação e a caracterização das áreas de exclusão ou restrição de pesca – ACRES.

Áreas de exclusão ou restrição de pesca



Áreas de exclusão ou restrição de pesca, também designadas Áreas Conservação e Reprodução de Espécies – ACRES, são áreas com fechamento temporário ou permanente da atividade pesqueira, de forma a viabilizar a recuperação e/ou o manejo de estoques pesqueiros de espécies sobreexplotadas, visando atingir a sustentabilidade pesqueira (Prates & Ruffino, 2010).

Uma definição mais ampla é a adotada pela FAO, como sendo “Uma zona geograficamente delimitada em que todas ou algumas atividades de pesca estão temporariamente ou permanentemente proibidas ou sujeitas a restrições, a fim de melhorar a exploração e a conservação dos recursos aquáticos vivos colhidos ou a proteção dos ecossistemas.



## 1.2. Estudos e Mapeamento de ACRES

Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies – ACRES tem como objetivo principal permitir a **recuperação e conservação das populações de espécies aquáticas**, beneficiando espécies da megafauna aquática e aquelas ameaçadas de extinção, como tartarugas, aves marinhas, baleias, golfinhos e tubarões, entre outros.

A sua criação leva ainda ao **aumento da biomassa de recursos pesqueiros**, como peixes, crustáceos (como o camarão e a lagosta), moluscos (polvos e lulas) e outros organismos. Esse crescimento da biomassa animal no interior das ACRES resulta na emigração dos organismos para outros locais, aumentando a produção e **beneficiando a atividade pesqueira** em áreas adjacentes (efeito *spillover* ou transbordamento). Para produzir esses benefícios ambientais, sociais e econômicos, as ACRES possuem **regras especiais para o uso das espécies** e de seus habitats, podendo incluir limitações temporárias ou permanentes, parciais ou totais, e de uma ou mais modalidades de pesca em seu interior.

A fim de identificar e mapear as áreas potenciais na ZEE brasileira a serem designadas como áreas de exclusão/restrrição de pesca, ou ACRES, foram contratados pelo DESP no âmbito do Projeto GEF Mar, cinco consultorias especializadas. Um dos estudos resultou no mapeamento das áreas de pesca de maior atuação industrial, a partir dos dados do Programa de Rastreamento de Embarcações por Satélite - PREPS, e áreas de importância biológica. Com base nas áreas com maior interação entre espécies ameaçadas e habitats sensíveis foram produzidos diversos mapas temáticos apresentando a interação da atividade de pesca com áreas de interesse à conservação. Os outros quatro estudos contratadas propiciaram a identificação e caracterização das áreas relevantes para a pesca artesanal e das áreas de interação entre a pesca artesanal e espécies sensíveis biologicamente ao longo da região costeira do Brasil, sendo um estudo para cada região a seguir (correspondente às mesmas subdivisões utilizadas pelo Programa REVIZEE): Região Norte (AP, PA, MA); Região Nordeste (SE, AL, PE, PB, RN, CE); Região Central (BA, ES, RJ); Região Sudeste/Sul (SP, PR, SC, RS).

Entre 2017 e 2019 foram produzidos e aprovados os estudos técnicos contendo os mapeamentos acima descritos, assim como informações referentes à biodiversidade marinha e à atividades pesqueira correspondente em cada área estudada, resultando em 8 relatórios da pesca artesanal (2 de cada região) e 4 relatórios da pesca industrial/PREPS, os quais constituem a principal fonte de informações apresentada e discutida no Seminário.

Em referência às competências institucionais, cabe ressaltar que as ACRES podem ser implementadas como zonas especiais localizadas no **interior ou de Unidades de Conservação (UCs) ou em áreas externas a essas Unidades**. Quando localizadas no interior das UCs, são definidas pelo seu órgão gestor, como o ICMBio para as unidades federais, ou o órgão estadual ou municipal correspondente. ACRES localizadas no exterior de UCs são definidas por normas de ordenamento pesqueiro. Essas normas eram, até 2019, de competência conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente (através da SBIO) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, mas desde então a sua edição passou a ser de competência legal desse último.



## 2. Seminário sobre ACRES

O Departamento de Conservação e Manejo de Espécies do MMA programou o Seminário "Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies Marinhas - ACRES: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos", com o objetivo principal de divulgar aos órgãos pertinentes, os resultados das consultorias do projeto sobre o mapeamento de pesca artesanal e industrial e sua interação com a biodiversidade marinha. Em vista das competências atualmente vigentes, o **ICMBio**, a **SAP-MAPA** e **órgãos estaduais** de meio ambiente e de gestão pesqueira foram identificados como **parceiros de grande importância do MMA** para o avanço da agenda das ACRES.

### 2.1. Objetivos

O Seminário apresentou os seguintes objetivos principais:

- Divulgar o projeto GEF Mar e os estudos realizados pelo projeto sobre biodiversidade marinha e interação das espécies com a pesca artesanal e industrial;
- Discutir o estabelecimento de parcerias necessárias para implementar ACRES em dentro e fora de Unidades de Conservação;
- Identificar sequência de etapas e fluxo de processos necessários para a criação de ACRES na costa brasileira; e
- Elaborar recomendações e diretrizes para a seleção, criação, implementação e acompanhamento das ACRES.

### 2.2. Público Alvo

Foram convidados especialistas e técnicos de instituições envolvidas no processo de identificação e criação das ACRES, com experiência em gestão pesqueira, megafauna marinha e Áreas Protegidas Marinhas:

- CONSULTORES GEF MAR
- MMA (DESP, DAP, DECO, DGAT-TERRAMAR)
- ICMBIO (DIMAN, DISAT, DIBIO, CENTROS)
- IBAMA (DIPRO e DBFLOR)
- ESTADOS (Instituto de Pesca de SP e SEMA-BA)
- MAPA/SAP
- SECIRM



## 2.3. Agenda

O Seminário foi estruturado em dois momentos principais. No primeiro dia foram apresentados os resultados dos estudos realizados pelo Projeto GEF Mar sobre biodiversidade marinha e interação das espécies com a atividade pesqueira em todas as regiões do Brasil. Já o segundo dia teve como ênfase a discussão sobre uso das ACRES como ferramenta de conservação, possíveis lacunas de conhecimento e passos necessários para implementar ACRES em nível local.

13/11/19 – Apresentação dos Produtos de Consultoria	
09:00 – 09:30	Abertura e Contextualização
09:30 – 10:20	<b>Resultados da Consultoria de Mapeamento de Pesca Artesanal e Interação com Biodiversidade - Região Sudeste-Sul (RS, SC, PR, SP):</b> Prof. Rodrigo Rodrigues de Freitas (UNISUL)
10:20 – 10:40	Dúvidas e Discussão
10:40 – 11:30	<b>Resultados da Consultoria de Mapeamento de Pesca Artesanal e Interação com Biodiversidade - Região Nordeste (SE, AL, PE, PB, RN, CE):</b> Prof. Vandick da Silva Batista (UFAL)
11:30 – 12:00	Dúvidas e Discussão
12:00 - 14:00	Almoço
14:00 – 14:30	<b>Resultados das Consultorias de Mapeamento de Pesca Artesanal e Interação com Biodiversidade - Central (RJ, ES, BA) e Região Norte (AP, PA, MA, PI)</b> Equipe DESP
14:30 – 15:00	Dúvidas e Discussão
15:00 – 16:00	<b>Resultados da Consultoria de Mapeamento de Pesca Industrial (PREPs) e Interação com Biodiversidade:</b> Rodrigo Claudino dos Santos (OCEANA)
16:00 – 16:20	Dúvidas e Discussão
16:20 – 16:40	Coffee-Break
16:40 – 17:30	<b>Resultados do Projeto “Monitoramento das Pescarias no Extremo Sul do Brasil e Avaliação dos seus Impactos sobre a Biodiversidade Marinha”:</b> Prof. Luis Gustavo Cardoso (FURG)
17:30 – 18:00	Dúvidas e Discussão
14/11/19 – Discussão em Grupos	
09:00 – 11:00	<b>ACRES: Experiências de Sucesso, Recomendações, Próximos Passos</b>
11:00 - 11:30	Encaminhamentos e Encerramento



## 2.4. Dinâmica do evento

A fim de orientar as discussões em grupo e os debates em plenária foram pré-estabelecidas questões e pontos de maior relevância para a definição e implementação das ACRES.

As discussões foram divididas em dois grupos, um para a Região Norte e Nordeste, da costa do Amapá a Sergipe, e outro para a Região Central e Sudeste/Sul, da costa da Bahia ao Rio Grande do Sul.

### Perguntas Norteadoras para Discussão em Grupos:

- Como as ACRES podem ser mais bem utilizadas como instrumento de gestão pesqueira e de conservação?
- Como refinar, complementar e aplicar as informações desses estudos? O que falta? Próximos passos?
- Quais seriam os 5 fatores mais importantes para criação e implementação das ACRES? Diretrizes?

### Pontos para Reflexão:

- Planejamento participativo;
- Acordos de Pesca;
- Áreas de pesca com acesso restrito;
- Áreas de pesca de uso comum;
- Rodízio de pesca (exploração rotativa);
- Contrato de concessão de direito real de uso;
- Cadastro de Pescadores/beneficiários
- Manejo adaptativo;
- Apoio à cadeia de valor do pescado e atividades de complementação de renda;
- Monitoramento (automonitoramento);
- Fiscalização (remota, comunitária).



## 2.5. Discussões e Recomendações

### 2.5.1. Recomendações do Grupo Nordeste – Norte

- I. **Como ACRES podem ser melhor utilizadas como instrumento de gestão pesqueira e de conservação dentro e fora de Unidades de Conservação?**
  - i. Definição de objetivos claros;
  - ii. Determinação de valores socioculturais e econômicos;
  - iii. Regionalização do processo de gestão, proteção e conservação de espécies, ou seja, detalhamento e pactuação local;
  - iv. Cumprimento de ações previstas em planos de ação e recuperação de espécies ameaçadas;
  - v. Que a proteção da ACRE contemple diferentes espécies, inclusive as que não são as espécies alvo;
  - vi. Incorporar as ACRES nos contratos de gestão, nos planos de manejos de Unidades de Conservação e instrumentos de cessão de uso de áreas da União.
  
- II. **Como refinar, complementar e aplicar as informações desses estudos para a criação de ACRES? O que falta ser feito? Quais os próximos passos?**
  - i. Investir na coleta de dados sobre o conhecimento do grau de mobilização social, cultural e do conhecimento ecológico local;
  - ii. Realização de oficinas regionais e locais, com coordenadores locais, centros locais para áreas específicas;
  - iii. Gerar motivação para a apresentação de dados locais;
  - iv. Investir no programa Monitora;
  - v. Utilização de metodologias do tipo Fishpath (Apoio à decisão na gestão pesqueira);
  - vi. Base sólida de informação e conscientização de atores – usuários;
  - vii. Empoderamento local para a construção de gestão pesqueira.
  
- viii. **Quais são as 5 diretrizes ou recomendações mais importantes para a criação e implementação das ACRES?**
  - i. Divulgação, comunicação, governança, participação de atores envolvidos,



- ii. Processo participativo;
- iii. Uso da ACRE como ferramenta para atingir os objetivos dos PAN e Planos de Recuperação e de Manejo;
- iv. As escolhas das áreas têm que incorporar embasamento técnicos e científicos;
- v. Integridade biótica e geração de benefícios (Ex: Quais são as áreas mais importantes para a reprodução de espécies?);
- vi. Avaliar a efetividade de implementação das ACRES existentes.

## **2.5.2. Recomendações do Grupo Sudeste – Sul**

- I. Como ACRES podem ser melhor utilizadas como instrumento de gestão pesqueira e de conservação dentro e fora de Unidades de Conservação?**
  - i. Construir indicadores de efetividade das ACRES, indicadores que se comuniquem com os diferentes órgãos: meio ambiente e pesca;
  - ii. Fortalecer estratégias de monitoramento e fiscalização dentro das UCs. Chave para conservação de espécies ameaçadas capturadas incidentalmente, como contrapartida para propor a criação de ACRES e avaliar seus efeitos;
  - iii. Fortalecer o PREPs e aprimorar sua base legal (para aumentar a efetividade das ACRES existentes, como as de arrasto e emalhe);
  - iv. Fortalecer a fiscalização pesqueira (estrutura e recursos) e a interação entre os órgãos federais e estaduais de fiscalização;
  - v. Incorporar estas recomendações no GEFMAR II.
  
- II. Como refinar, complementar e aplicar as informações desses estudos para a criação de ACRES? O que falta ser feito? Quais os próximos passos?**
  - i. Espacializar os dados gerados nas consultorias sobre pesca artesanal; após cruzar com dados ecológicos e de conservação também especializados;
  - ii. Definir áreas prioritárias, relevantes para a criação de novas UCs, utilizando as informações existentes e das consultorias;
  - iii. Fortalecer iniciativas locais de organização, fóruns de discussão locais, etc;





- iv. Identificar as propostas de ACRES prioritárias, considerando espécies ameaçadas capturadas incidentalmente e demandas de pescadores já existentes;
- v. Implementar os subsídios técnicos das propostas prioritárias, considerando os estudos sobre espécies ameaçadas;
- vi. Fortalecer a agenda das capturas incidentais e criação de ACRES no ICMBIO, delimitando uma estratégia e os recursos necessários para propor e monitorar novas ACRES prioritárias.

**III. Quais são as 5 diretrizes ou recomendações mais importantes para a criação e implementação das ACRES?**

- i. Divulgação efetiva das áreas a serem criadas (carta náutica e outros meios). Relataram desconhecimento da maioria sobre as áreas com restrições.
- ii. Divulgação dos resultados de monitoramento. Para manter a motivação dos pescadores em não pescar nestas áreas.
- iii. Combate a pesca ilegal. Para que o trabalho não seja perdido.
- iv. Criar áreas com delimitação de fácil compreensão para os pescadores.
- v. Relevância para conservação de espécies ameaçadas capturadas incidentalmente.
- vi. Participação/aceitação dos pescadores.
- vii. Capacidade de monitorar a efetividade.
- viii. Desenho de fácil compreensão e fiscalização.
- ix. Divulgação da importância das áreas e seus limites.



## Áreas elencadas como prioritárias (pelo grupo SE-S)

(reforçando e complementando as áreas descritas nos produtos de consultoria)

RS	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Albardão</li> <li>❖ ACRES no litoral: cidreira até norte do RS (emalhe / golfinho nariz de garrafa)</li> </ul>
SC	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Babitonga</li> <li>❖ APA Baleia Franca (arrasto)</li> </ul>
PR	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Já possui ACRES consolidadas</li> </ul>
SP	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Região de Cananéia</li> <li>❖ Região de Araçá (São Sebastião).</li> <li>❖ Tubulação da Plataforma de Merluza (gasoduto). Concentrador de biomassa.</li> <li>❖ Proposição de ACRES dentro das APAs estaduais. Acompanhar propostas já existentes.</li> </ul>
RJ	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Baía de Sepetiba / Ilha Grande (Boto cinza)</li> <li>❖ Jurubatiba</li> <li>❖ Mangaratiba</li> </ul>
ES	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Foz do Rio Doce</li> <li>❖ Banco dos Abrolhos / Bancos da Cadeia Vitória-Trindade</li> <li>❖ Banco de Algas Calcáreas do Sul do Estado</li> </ul>
GERAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Proibição de arrasto para peixes fora das 12MN</li> <li>❖ Proibição de Cerco fora das 6 MN</li> <li>❖ Delimitar distâncias mínimas de pesca em costões</li> <li>❖ Norma geral para estuários e bocas de barras. Existem várias normas, em várias localidades, mas nenhuma geral.</li> </ul>



## 2.6. Considerações Finais

O seminário atendeu aos objetivos propostos evidenciando diretrizes e recomendações para a criação e implementação das ACRES na região costeira e ZEE brasileira, e destacou o papel dessas áreas como importante ferramenta da gestão pesqueira, com o potencial de promover a conservação e recuperação de espécies ameaçadas, de espécies da megafauna marinha e também de contribuir para o aumento de estoques pesqueiros.

Foram reconhecidas diversas oportunidades embasadas em informações científicas para a criação de ACRES na zona costeira e marinha brasileira, a partir de áreas de maior relevância para a conservação da biodiversidade e de capturas incidentais relacionadas a atividade pesqueira. Entre os pontos que merecem atenção para a sua efetiva aprovação e implementação destacaram-se o monitoramento pesqueiro, o embasamento científico das propostas e a sua discussão e aprovação por meio de estratégias participativas, que incluam pescadores além dos demais representantes da sociedade e do governo relacionados ao tema. Essas e outras questões conjugadas a adequada gestão da atividade pesqueira deverão ser consideradas, tanto em UCs marinhas como ao longo da ZEE, para que os resultados ambientais e socioeconômicos das ACRES possam ser atingidos com benefícios a conservação marinha e ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.




Anexo I. Dinâmica de grupos e plenária





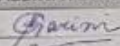
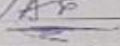


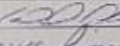
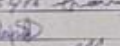

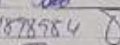
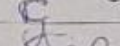
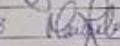
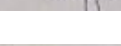
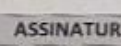
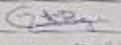


Anexo II. Lista de participantes

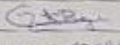


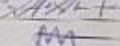





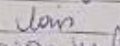
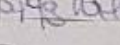
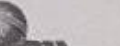

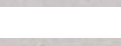
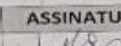
**Seminário "Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos"**




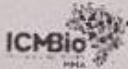
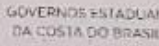
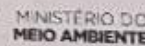



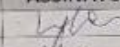
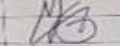

DATA: 13/11/2019  
LOCAL: ICMBio, Brasília

AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM: Autorizo as instituições parceiras do GEF Mar, a qualquer tempo e sem qualquer ônus, a reprodução e a utilização da minha imagem nas fotografias capturadas neste evento, durante expediente normal de trabalho, podendo as referidas fotografias ser utilizadas na Newsletter do Projeto GEF MAR - Bombordo, bem como em internet, materiais de divulgação, folders, manuais, materiais institucionais, cartilhas e qualquer outros segmentos e modalidades de reprodução existente ou que venham a existir no futuro, no âmbito do Projeto GEF Mar.

Nº	NOME	ÓRGÃO/UNIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	Márcia M.G. Maxim	DESP/SBIO/MMA	marilia.marin@gmail.com	(61) 2028-2832	
2	Andressa Varella	DESP/DESP/SBIO/MMA	andressa.varella@gmail.com	(61) 2028-2302	
3	Roberto L. Galvão	DESP/SBIO/MMA	roberto.galvao@mma.gov.br	(61) 2028-2032	
4	VINÍCIUS SCARFED	DESP/MMA	vinicius.scarfed@mma.gov.br	(61) 2017-2132	
5	Luciana C. Carvalho	DESP/MMA	luciana.carvalho@mma.gov.br	(61) 2028-2052	
6	Rômulo A. Mendes	ICMBio/SEM	romulo.mendes@icmbio.gov.br	(61) 6011-2032	
7	GABRIEL ROQUEIRO S	ICMBio/CMA	gabriel.roqueiro@icmbio.gov.br		
8	LIANA DURRÊ	SEMA-BA	LIANA.DURRÊ@SEMA.BA.GOV.BR	(71) 3115416	
9	Rafaela Lopes Jacinto	SEMA/BA	rafaela.jacinto@sema.ba.gov.br	(35) 93201-2350	
10	Rodrigo Claudino	OCEANA	rodrigo@oceana.org	(47) 9 9356 6980	
11	Sandra S. Souza	DESP/SAPI/MPA	sandra.souza@icmbio.gov.br	(61) 316-421	
12	Leonardo M. Mesquita	Capene/ICMBio	leonardo.mesquita@icmbio.gov.br	(81) 991878984	
13	Fabiana Camp	GiZ/TerraMar	fabiana.camp@giz.de	(81) 981300739	
14	Ugo Varella	COASA/CACON/DESP/ICMBio	ugo.varella@icmbio.gov.br	(61) 2028-2052	
15	Marcia Yvelin Gomes	COASA/CACON/DESP/ICMBio	marcia.yvelin.gomes@icmbio.gov.br	(61) 2028-2052	

Nº	NOME	ÓRGÃO/UNIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
16	Guth Becker Farias	ICMBio/DESP/COASA/COESP	Guth.Becker@icmbio.gov.br	(11) 99224-6667	
17	Ana, Aramir S. Nello	ICMBio/DIAMA/COASA/COESP	aramir.nello@gmail.com	(61) 99829-0107	
18	Rafael Santos/Ana Carolina	ICMBio/SEM/COASA/COESP	rafael.santos@icmbio.gov.br	(61) 2028-9080	
19	Renata de A. Maguiera	ICMBio/DIAMA/COASA/COESP	renata.maguiera@gmail.com	(61) 98302-2620	
20	Alex Klautau	ICMBio/CEPNOR	alex.klautau@gmail.com	(31) 322578238	
21	MARCIA OLIVEIRA	MMA/SBIA/DESP/ICMBio	marcia.oliveira@mma.gov.br	(61) 2028-2075	
22	WONICA FERREIRA	ICMBio/TMVA/SPSP	wonica.ferreira@icmbio.gov.br	87-29	
23	Carren Dalmeida	ICMBio/DIAMA/COASA/COESP	carren.dalmeida@icmbio.gov.br	2028-9059	
24	Tatiana Rehder	ICMBio/DIAMA/COASA/COESP	tatiana.rehder@icmbio.gov.br	(61) 2028-9335	
25	Bernardo Duto	ICMBio/DIAMA/COASA/COESP	bernardo.duto@icmbio.gov.br		
26	Valdimir Lima	DESP/SAPI/MPA	valdimir.lima@icmbio.gov.br	61-3225-4228	
27	De Jussara Régua	SEURM	de.jussara.regua@seurm.gov.br	61-99674927	
28	Caroline Krause	DEPOP/SAPI/MPA	caroline.krause@icmbio.gov.br	(61) 3226-4224	
29	Lais Belito Restani	DEPOP/SAPI/MPA	lais.belito@agricultura.gov.br	(48) 988495135	
30	Wesley Roberto Xavier	ICMBio/COASA/COESP	wesley.roberto.xavier@icmbio.gov.br	99659192	

Nº	NOME	ÓRGÃO/UNIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
31	Luís Gustavo Cardon	ARG/RS	cardosoluis@gmail.com	3233-6523	
32	Luís Gustavo Cardon	TAMPA/ICMBio			
33	Carolina Dantas	Instituto de Pesca	carolina@ipema.sp.gov.br	1509751511	
34					
35					





**Seminário "Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos"**

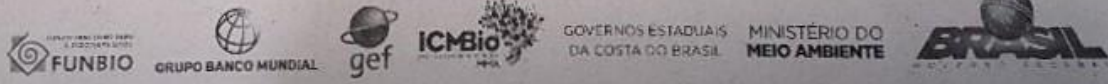


DATA: 14/11/2019  
LOCAL: ICMBio, Brasília

**AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM:** Autorizo as instituições parceiras do GEF Mar, a qualquer tempo e sem quaisquer ônus, a reprodução e a utilização da minha imagem nas fotografias capturadas neste evento, durante expediente normal de trabalho, podendo as referidas fotografias ser utilizadas na Newsletter do Projeto GEF MAR – Bombordo, bem como em internet, materiais de divulgação, folders, manuais, materiais institucionais, cartilhas e quaisquer outros segmentos e modalidades de reprodução existente ou que venham a existir no futuro, no âmbito do Projeto GEF Mar.

Nº	NOME	ÓRGÃO/UNIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
1	Andra Vauello	MMA/SISIO/DESP	andra.vauello@mmap.gov.br	(61) 2028 2302	AV
2	EDUARDO PACHECO	ICMBio/DESA	eduardo.pacheco@icmbio.gov.br	9996409	EP
3	Rachel K. Acosta	ICMBio/COMOB	rachel.acosta@icmbio.gov.br	2028 9487	RK
4	Roberto X Galvão	DESP/MMA	roberto.galvao@mmap.gov.br	61 2028 2322	RG
5	Leonardo T. Messias	CEPENE/ICMBio	leonardo.messias@icmbio.gov.br	819-91858774	LT
6	Rapula Lopes Soares	SEMA/BA	rapula.lopes@sema.ba.gov.br	(35) 49201-2750	RS
7	ALEX KLAUTAU	ICMBio/CEPNOB	alex.klautau@icmbio.gov.br	(31) 98254222	AK
8	LIANA DUARTE	SEMA-BA	LIANA.DUARTE@SEMA.BA.GOV.BR	71-39162610	LD
9	Fabiana Rava	UIZ TERENOS	fabiana.rava@uiz.de	81 981300739	FR
10	Ugo V. Valle	COSEA/USCIB/INPA/ICMBio	Ugo.valle@inpa.gov.br	61 2028 9054	UV
11	VANDICK S. BATISTA	UFAL/AL	vandickbatista@gmail.com	92 99906-2574	VB
12	TATIANA REHDER	ICMBio/DISAT/CGPT/CPAOD	tatiana.rehder@icmbio.gov.br	61 998385303	TR
13	MARCIA OLIVEIRA	MMA/SRA/DEAT-TELEMAR	marcia.oliveira@mmap.gov.br	61 2028 2322	MO
14	Luciana Costa da Carvalho	MMA/SBio	luciana.carvalho@mmap.gov.br	61 2028 2322	LC
15	SARAIEL REBOÇAS	ICMBio/CMA	saraiel.rebochas@icmbio.gov.br		SR

Nº	NOME	ÓRGÃO/UNIDADE/INSTITUIÇÃO	E-MAIL	TELEFONE	ASSINATURA
16	Victoria Regina	SOCIRM	vitoria.regina@socirma.br	996291977	VR
17	VINÍCIUS SCOTFIELD	DESP/MMA	vinicius.scotfield@mmap.gov.br	(11) 4043-7152	VS
18	NILCANEIDE DE OLIVEIRA	TAMARÁ/ICMBio	nilcaneide@icmbio.gov.br		NO
19	Rodrigo Pereira de Faria	UNISUL	rodrigo.pereira@unisul.com	48 99105 5905	RF
20	Rodrigo Claudino	OCCAMA	rsantos@occam.com	(47) 99756-6988	RC
21	Sandra S. Souza	DEPP/SAPI/MAFA	sandra.souza@apicallan.gov.br	(61) 3576-4222	SS
22	Luiz Gustavo Cardoso	FURG/RS	cardosoluis@gmail.com	(51) 999010168	LG
23	Adriano Oliveira Silva	Instituto de Pesca	adriano.pesca@p.gov.br	13 997453144	AS
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					





Anexo III. Algumas das apresentações feitas no Seminário

1. Contexto ACRES – DESP/MMA

Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies - ACRES

- Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP (Decreto 5758/2006):

**Zona de Exclusão de Pesca:** área costeira ou marinha na qual ocorre o fechamento temporário ou permanente, por via administrativa, das atividades de pesca, visando recuperar e/ou manejar estoques pesqueiros.

- Lei da Pesca (Lei 11959/2009)

Art. 3º **Compete ao poder público** a regulamentação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Atividade Pesqueira ..., calculando, autorizando ou estabelecendo, em cada caso:

[...]

IV – os períodos de defeso;

VII – as áreas interditadas ou de reservas;

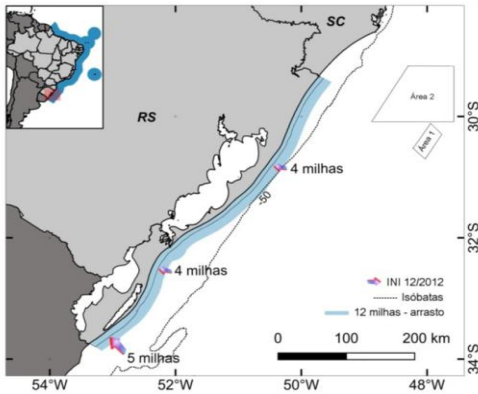
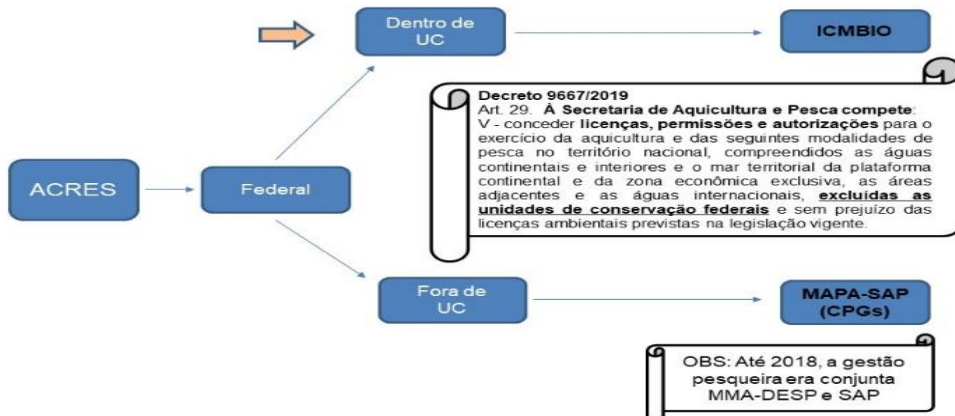
- FAO 2013

**Área de restrição de pesca:** zona geograficamente delimitada em que todas ou algumas atividades de pesca estão temporariamente ou permanentemente proibidas ou sujeitas a restrições, a fim de melhorar a conservação e manejo sustentável dos recursos marinhos vivos ou a proteção dos ecossistemas marinhos.

Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies - ACRES

(Decreto 5758/2006 – PNAP)

Conservação	Uso Sustentável
-Avaliar as lacunas de conservação existentes no SNUC, incluindo-se as zonas de exclusão de pesca legalmente estabelecidas;  -Avaliar o SNUC e outras formas de conservação, como zonas de exclusão de pesca e Áreas de Preservação Permanente, com base na representatividade dos diversos ecossistemas	-Identificar e promover oportunidades econômicas oriundas das unidades de conservação e zonas de exclusão de pesca para populações nas suas áreas.
Espécies ameaçadas Ecossistemas sensíveis	Recursos Pesqueiros



INI MPA/MMA nº. 12/2012 (Emalhe) e Lei Estadual RS nº. 15.223/2018 (Arrasto)

DECRETO SP Nº 58.996, DE 25 DE MARÇO DE 2013

Dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor da Baixada Santista e das providências correlatas.



Artigo 58 - A Z2M é integrada, também, pela Subzona Z2ME - Zona 2 Marinha Especial, cujas características, diretrizes, usos e metas são os mesmos da Zona 2 Marinha.

§ 1º - Fica vedada na Z2ME a pesca de arrasto motorizado e a implantação de estruturas náuticas Classe 1.

§ 2º - O limite da Z2ME abrange uma faixa marítima de 800 (oitocentos) metros, a partir da linha de baixa-mar.





**LEI ORDINÁRIA N. 1998/2018**

**DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO DE TURSIOPS TRUNCATUS (BOTO PESCADOR) RESIDENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, ATRAVÉS DA PROIBIÇÃO DE TIPOS DE ARTES DE PESCA CONSIDERADAS NOCIVAS A ESPÉCIE.**

Art. 1. Fica proibida a pesca para captura de bagres através de redes de emalhe no Rio Tubarão, a partir da divisa com os Municípios de Capivari de Baixo e Tubarão até a foz do rio Tubarão na boca do molhes do Canal da Barra de Laguna com o Oceano Atlântico.



**Consultorias GEFMAR**

- Quais as áreas de maior interação entre a pesca e espécies ameaçadas/áreas sensíveis?
- Essas áreas estão protegidas de alguma forma ou em algum grau?
- Baseado nas lacunas de conservação identificadas, quais áreas deveriam receber maior atenção para a proposição/implementação de ACRES?



**Consultoria GEFMAR:**  
Mapeamento das áreas de pesca, a partir dos dados do PREPS, e áreas de importância biológica, como subsídio a proposição de áreas de exclusão de pesca.  
✓ Consultor: Rodrigo Claudino



**Consultorias GEFMAR**  
Caracterização das áreas relevantes para a **pesca artesanal** e das áreas de interação com espécies sensíveis biologicamente, como subsídio à proposição de áreas de exclusão de pesca por região:  
✓ Sudeste-Sul: Rodrigo Rodrigues;  
✓ Central: Adriana Saad;  
✓ Nordeste: Vandick Batista;  
✓ Norte: Mauro Ruffino.



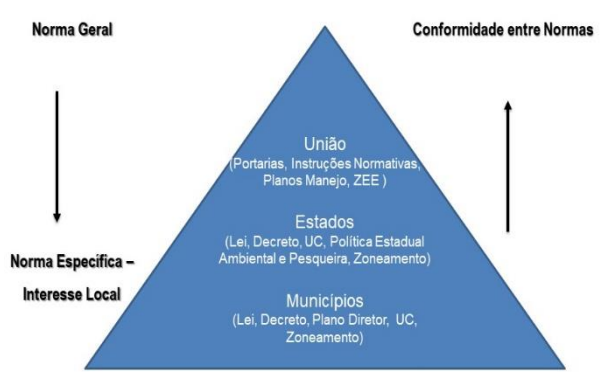
**Finalizado:**

- Levantamento das melhores informações disponíveis no nível nacional/regional.

**Próximos passos:**

- **Divulgação:** MMA, ICMBIO; IBAMA, MAPA/SAP, Marinha, Estados;
- **Refinamento no nível local/regional** (ICMBIO, SAP, órgãos estaduais, outros);
- **Planejamento GEFMAR II:** ações estruturantes relacionadas a ACRES e Acordos de Pesca (**dentro de UCs**).

**Competências**  
(CF Art. 23, inciso VI, Art. 24, inciso VI, art. 30, inciso I, LC 140/2011)







Pesca Industrial – PREPS – Rodrigo Claudino

Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEFMAR  
Ministério do Meio Ambiente

"Subsídios à Proposição de Áreas de Conservação e Reprodução de Espécies: Lacunas, Oportunidades e Próximos Passos"

## Mapeamento da pesca industrial (PREPS) e Interação com Biodiversidade

Rodrigo Claudino dos Santos

Novembro 2019

PREPS  
Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite

### Metodologia

1. Base de dados - PREPS

- Período analisado 2014 – 2016
- 56 arquivos contendo 21.564.245 registros de rastreamento
- 1.622 embarcações
- Dados de identificação da embarcação
- Posição
- Intervalo entre transmissões
- Distância percorrida
- Velocidade média



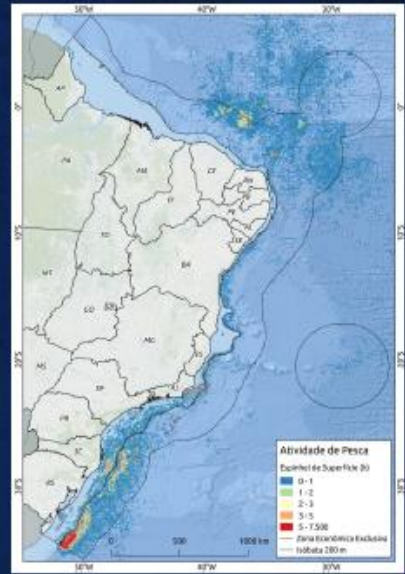
PREPS  
Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite

RGP →

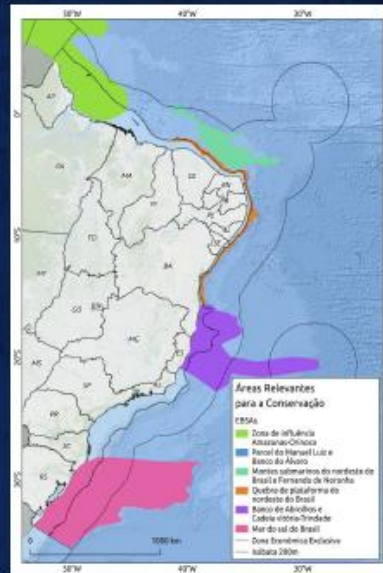
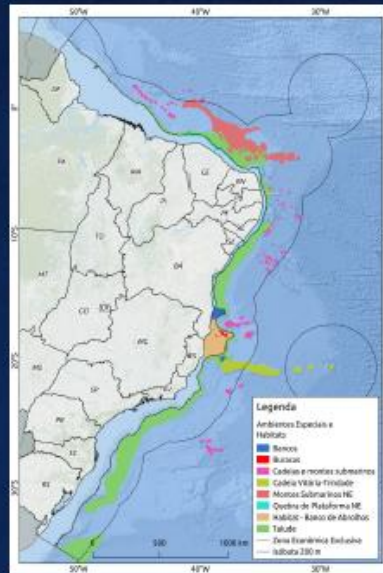
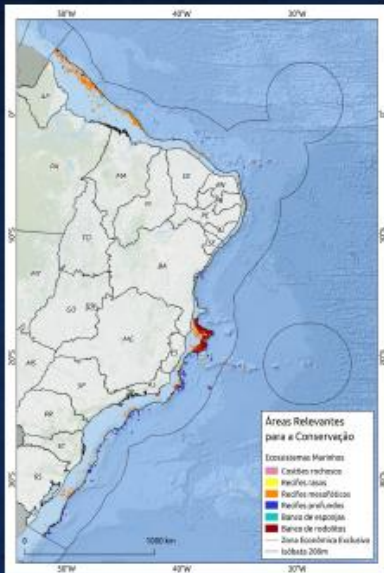
	Total	PREPS obrigatório	Presente no PREPS	Cobertura do PREPS em relação a obrigatoriedade
Linha	2.306 (10%)	660 (28%)	308 (13%)	46,66%
Emalhe	9.374 (40%)	1.499 (16%)	299 (3%)	19,95%
Arrasto	5.156 (22%)	570 (11%)	554 (10%)	97,19%
Cerco	761 (3%)	144 (19%)	140 (18%)	97,22%
Armadilha	3.073 (12%)	2.858 (93%)	307 (9%)	10,74%
Outros	3.623 (13%)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>24.293</b>	<b>5.731 (23%)</b>	<b>1.622 (6%)</b>	<b>28%</b>



**PREPS**  
Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite



**Áreas de importância biológica**

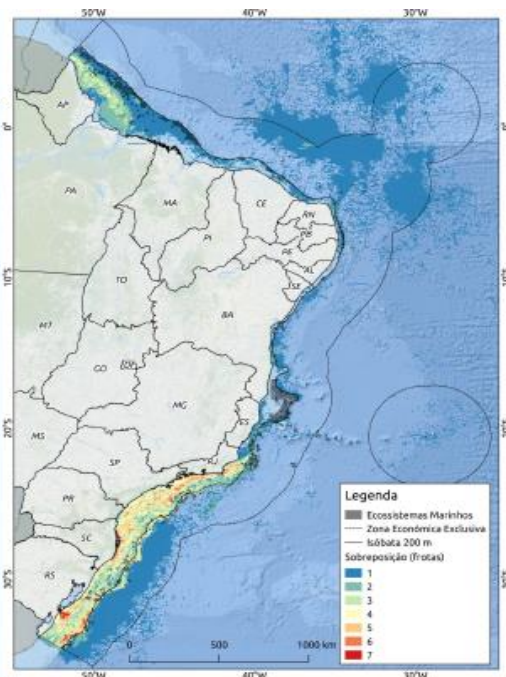






## Ecosistemas marinhos

Ecosistemas Marinhos	Área Total (km <sup>2</sup> )	Área Pesca (km <sup>2</sup> )	Porcentagem (%)
Banco de esponjas	2.820,87	1.083,21	38,40
Banco de rodolitos	24.998,67	2.422,37	9,69
Costões rochosos	24,42	12,79	52,36
Recifes mesofóticos	76.119,99	15.262,06	20,05
Recifes profundos	3.468,90	744,08	21,45
Recifes rasos	793,96	79,32	9,99
<b>Total</b>	<b>108.226,82</b>	<b>19.603,83</b>	<b>18,11</b>



## Finalização

### Pesca industrial

Modalidade	Área ocupada (km <sup>2</sup> )	Área ocupada em relação à plataforma continental (741.057,42 km <sup>2</sup> )	Área ocupada em relação a ZEE (3.539.919,00 km <sup>2</sup> )
Arrasto	210.466,8	34%	5,9%
Cerco	82.204,7	11%	2,3%
Emalhe	185.616,7	25%	5,2%
Espinhel de fundo	113.451,7	15%	3,2%
Espinhel de superfície	811.616,8	109%	22,9%
Lagosta	31.867,3	4%	0,9%
Pargo	109.008,7	14%	3,1%
Polvo	78.895,2	10%	2,2%
Vara e isca viva	92.911,1	12%	2,6%
<b>Sobreposição</b>	<b>1.079.783,0</b>	<b>145%</b>	<b>30,5%</b>

## Finalização

	Arrasto	Emalhe
Tamanho da área de exclusão (km <sup>2</sup> )	77.307,55	93.726,65
Tamanho em relação à plataforma continental (741.057,42 km <sup>2</sup> )	10,43%	12,65%
Tamanho em relação à zona econômica exclusiva (3.539.919,00 km <sup>2</sup> )	2,18%	2,64%